

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFLEXÕES ACERCA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA/PB:

uma discussão necessária devido a promulgação da Lei nº 13.395/2019

Ranyellen Félix de Souza¹
Aline Maria Batista Machado²

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar alguns dos resultados de uma pesquisa de mestrado realizada na Universidade Federal da Paraíba, dando ênfase a realidade vivenciada nas políticas educacionais, especificamente a educação básica municipal. A pesquisa foi qualitativa e de cunho exploratório, tendo sido realizada na cidade de João Pessoa (PB), reunindo como sujeitos da investigação 12 assistentes sociais de diferentes escolas municipais. Os instrumentos da coleta de dados foram: entrevista semiestruturada, observação sistemática e levantamento bibliográfico e documental. Para análise, foram utilizados o método dialético e a análise de conteúdo. Os resultados mostram a importância de estudar a realidade local e de como as escolas tem uma função social e que sofre as determinações do contexto de reificação do capital.

Palavras-chave: Educação Básica. Escola. Assistentes Sociais.

ABSTRACT

This article aims to present some of the results of a master's research carried out at the Federal University of Paraíba, emphasizing the reality experienced in educational policies, specifically municipal basic education. The research was qualitative and exploratory, having been carried out in the city of João Pessoa (PB), bringing together 12 social workers from different municipal schools as research subjects. The data collection instruments were: semi-structured interview, systematic observation and bibliographical and documentary survey. For analysis, the dialectical method and content analysis were used. The results show the importance of studying the local reality and how schools have a social function and that they suffer the determinations of the capital reification context.

Keywords: Basic Education. School. Social Workers.

¹ UFPB; Mestre em Serviço Social; rany_ae@hotmail.com.

² UFPB, Doutora em Educação; prof.alinemachado23@yahoo.com.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



1 INTRODUÇÃO

Nosso estudo resulta de uma pesquisa de campo, em nível de mestrado, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, com abordagem qualitativa, fundamentou-se no Materialismo Histórico Dialético, os sujeitos da pesquisa foram 12 assistentes sociais da rede pública/municipal de ensino e os instrumentos da coleta de dados foram: entrevista semiestruturada, observação sistemática e levantamento documental e bibliográfico. Realizamos o recorte de análise para este trabalho a realidade das escolas municipais pesquisadas, a partir da realidade vivenciada por profissionais assistentes sociais.

Tendo em vista a aprovação da Lei nº 13.395/2019, que processou-se desde 2000, como Projeto de Lei (PL) nº 3.688/2000, é cada vez mais necessário discutir a área de educação. Essa preocupação, foi expressa em algumas propostas de projetos de lei recusadas na Câmara (como o PL nº 6.478/2009 e o nº 3.466/2012) e em municípios que sancionaram leis para inserção de profissionais na educação, como, por exemplo, o município de João Pessoa (PB), por meio da criação da Lei nº 11.385/2008, que, por sua vez, dá arcabouço legal para o trabalho das(os) assistentes sociais e da realidade vivenciada nas políticas educacionais, especificamente a educação básica.

A pesquisa evidencia a realidade do município através de registros das entrevistadas, para tanto o artigo discutirá inicialmente a parte legal que justifica a educação municipal e posteriormente destacar os aspectos do âmbito das escolas municipais.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO ÂMBITO MUNICIPAL: legislações do município de João Pessoa

O processo de descentralização e municipalização da gestão pública possibilitou no âmbito educacional que os municípios assumissem a reponsabilidade

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sobre a Educação Infantil e Fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei nº 9.394 de 1996) vem regulamentar o que está preconizado no artigo 211 da Constituição Federal de 1988. Ao estabelecer em seu artigo 18, inciso primeiro, a LDB preconiza “os sistemas municipais de ensino compreendem as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal”.

No município de João Pessoa/PB, temos a Lei Orgânica Municipal do ano de 1990, que traz a educação, em seu artigo 184, como sendo direito de todos e dever do Poder Público, podendo ser ministrada na escola e no lar, em que o município fica responsável pela educação infantil e fundamental.

Com esse objetivo determina como princípios: o ensino fundamental obrigatório; ensino público gratuito nos estabelecimentos oficiais; atendimento educacional especializado às pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais; ensino noturno regular, adequado às condições do educando; atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de fornecimento de material didático, alimentação, assistência à saúde e transporte; o ensino religioso, de matrícula facultativa; Plano Municipal de educação de duração plurianual compatível com os planos federal e estadual e a gestão democrática, como princípio básico da administração das unidades escolares do município.

Tratando da história da educação municipal, segundo Oliveira (2013) só em 27 de dezembro de 1999, que promulga-se a Lei nº. 8.996, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino (SME) de João Pessoa, e dá outras providências, que direciona o que a Lei Orgânica estipula como princípios, estabelecendo em seu artigo 4^a.

A supracitada lei também instituiu a Secretaria Municipal de Educação e Cultural (SEDEC), que integra o Sistema Municipal de Ensino de João Pessoa/PB, juntamente com as Instituições de Ensino Fundamental e de Educação Infantil mantidas pelo Poder Público Municipal; instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; Conselho Municipal de Educação; Conselho de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e o Conselho Municipal de Alimentação Escolar. Uma vez, que de acordo com a LDB em nível municipal, quem coordena a educação são Secretarias Municipais de Educação (SME) e os Conselhos Municipais de Educação (CME).

A efetivação das Políticas Públicas da Educação do âmbito municipal é de competência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEDEC), órgão responsável para garantir o ingresso, a permanência e aprendizado dos alunos na sua formação inicial. Tendo como objetivo organizar, executar, manter, orientar, coordenar, controlar as atividades do poder público ligadas à educação municipal, em conjunto com o Plano Municipal de Educação, observando a legislação educacional, as deliberações das Conferências Municipais de Educação e as decisões dos Conselhos Municipais ligadas à educação. Conforme aponta suas diretrizes normativas:

A Secretaria de Educação e Cultura – SEDEC tem por finalidades desenvolver a formação do educando, assegurando de forma democrática o exercício da cidadania. Para tanto, é fundamental que seja considerado os princípios da equidade e da valorização da diversidade, dos direitos humanos, bem como, a garantia de padrão de qualidade, acessibilidade e igualdade para o acesso e permanência do aluno na escola. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 3)

A Educação Municipal Pública de João Pessoa/PB caracteriza-se pela oferta dos níveis de educação infantil e ensino fundamental I e II (que vão do 1º ano até o 9º), e das modalidades em educação especial e de jovens e adultos. Divide-se em 97 escolas e 90 Centros de Referências em Educação Infantil (CREIs), dentre essas, 16 escolas em tempo integral e 08 parcialmente integrais. Com mais de 63 mil alunos matriculados nos diversos níveis e modalidades.

A proposta da pesquisa foi envolver todas as quatorze regiões com a finalidade de alcançar uma visão geral das(os) assistentes sociais que atuam no município, contudo só abrangemos doze regiões devido à falta de disponibilidade de horários de algumas profissionais de duas regiões.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ao analisar a divisão das regiões de ensino com a divisão da cidade em bairros, vemos aproximação dos bairros de abrangência com os de endereço das escolas. Cabe ressaltar, que conforme a expansão da cidade foi acontecendo, foram criadas comunidades que são consideradas bairros para a população, mas, por não terem sido registrados por lei, não são contabilizados. Como é o caso das comunidades conhecidas como Jardim Esther, no bairro de Mandacaru; Jardim Luna, no Brisamar; Bairro dos Novais e Jardim Planalto, no bairro de Oitizeiro ou o Colinas do Sul, criado dentre os anos de 2008 a 2012 a partir dos conjuntos habitacionais no bairro Gramame, entre outros.

Com o objetivo de oferecer uma formação dos educandos compatível aos princípios da cidadania e com o propósito de dinamizar o processo de ensino e aprendizagem nos diversos espaços do município, a Secretaria de Educação, de acordo com o site da prefeitura, estabelece programas que englobam a escola, com objetivo de vincular, a educação escolar, ao mundo do trabalho e da prática social, conforme estabelece a LDB.

Ainda segundo o site da prefeitura, atualmente são realizados os seguintes programas nas escolas municipais: Programa Mais Educação, Saúde do Escolar, Programa Mais Alfabetização, Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), esses programas são realizados em articulação das escolas via SEDEC com as demais Secretarias como a de Segurança e a de Saúde. Além disso, a SEDEC ainda estabelece alguns projetos a partir de diretrizes anuais: Projeto Escola Nota 10, Projeto de Leitura, Alimentação Saudável, Educação para a vida e interdisciplinar. Os projetos são definidos e enviados para a gestão das escolas, a partir do Plano de Trabalho Escolar, realizados anualmente, indicam as metas e ações para desenvolver tais projetos.

As escolas municipais de João Pessoa-PB, em sua maioria, além do diretor, vice-diretor, professores efetivos e prestadores, cuidador(a) educação especial, coordenador do Mais Educação, educador(a) filhos da EJA, possuem uma equipe de especialistas composta por supervisor(a) e orientador(a) pedagógica, assistente

PROMOÇÃO



APOIO



social e psicóloga. Contudo vale ressaltar que nem todas as escolas encontram-se com a equipe de especialistas completo.

A denominação de especialista, para algumas entrevistas foi criticada, pois acaba generalizando a prática das(os) profissionais, conforme abaixo:

[...] Eu sou enfaticamente contra a visão da secretaria de achar que na equipe das especialistas todo mundo faz a mesma coisa. Eu olho diário para ver frequência, eu não olho registro de aula, eu não olho se o professor “tá” colocando essas questões. Porque isso é trabalho da supervisão, eu não aceito quando eu sou cobrada por isso. (E3, 2018)

[...] Essa questão de incluir, de incluir não, de entender os especialistas em um grupo só e tem a atribuição que é de todos, sem ser do serviço social, entendeu? Então tem algumas questões que a gente discute para que isso a Prefeitura também repense que não é assim [...]. (E5, 2018)

3 A REALIDADE DAS ESCOLAS PESQUISADAS: a pesquisa empírica desvelando o real

Apresentado a educação municipal em um contexto geral e das legislações vigentes, apresentaremos sob a ótica das visitas a realidade das escolas, onde foram realizadas as entrevistas. Elas foram realizadas com doze assistentes sociais inseridas(os) no quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, entre as Regiões 1 a 14, não especificamente nessa sequência, pois seguimos a ordem de disponibilidade das(os) entrevistas(os).

A pretensão inicial era realizar o total de quatorze entrevistas, contemplando as quatorze regiões escolares do município, contudo nas Regiões 07 e 11, não foram possíveis os agendamentos, ora por negativa de participação das(os) profissionais na entrevista ora pela incompatibilidade de horários das agendas profissionais. Desse modo, o total de entrevistas realizadas contemplam doze escolas em localidades diversas.

As instituições escolares do município possuem em sua estrutura salas de aulas, bibliotecas, sanitários, laboratório de informática, sala para Atendimento



Educacional Especializado (AEE), sala das(os) especialistas, sala de reunião, secretaria, sala de diretores, refeitórios, cozinhas e quadras poliesportivas.

As escolas geralmente possuem os profissionais mencionados anteriormente, tendo, algumas, seus quadros incompletos, sobretudo nas equipes de especialistas, na maioria das vezes na figura da psicóloga ou supervisora e a falta desses profissionais acarreta uma sobrecarga para os demais que se encontram trabalhando ou o número de funcionários para o quantitativo de estudantes é desproporcional, como avalia as entrevistadas E9 e E10:

Está completa em termos de configuração, tipo, tem hora que está dois psicólogos, dois supervisores e assistente social. É para ter cada um, pelo menos um desses profissionais [...], mas se você perguntar: “é suficiente?”, não, nunca foi. (E9, 2018)

[...] do ponto de vista do número, do quantitativo, eu acho que é, digamos assim, vamos pensar que ele é, não é o ideal, mas no contexto do Brasil, ele é, podemos dizer a referência, você está entendendo? Embora quando você percebe uma escola com 3500 alunos, o que é que um assistente social, ele vai fazer com esse volume de demandas que a gente tem? “Né”? (E10, 2018)

A estrutura das escolas muda, mas a maioria dos problemas mencionados pelas assistentes sociais são os mesmos, tais como: infraestrutura escassa, condições de trabalho precários, ausência de equipamentos e de material de expediente, falta de segurança pública, riscos de acidentes, conforme relatos a seguir:

Essa estrutura muda muito de escola para escola. Eu não trabalhei, mas através das minhas colegas eu tenho e eu já visitei umas duas escolas, [...] e a estrutura é bem diferente. Na nossa escola realmente a estrutura é bem escassa, eu diria que ruim, ruim, as condições de trabalho, porque a gente não tem sala, as especialistas não têm sala, a gente não dispõe de telefone fixo, então a gente usa o nosso telefone para fazer as ligações necessárias, a gente não dispõe de carro para fazer visita, então quando é extremamente necessário eu uso o meu carro, apesar de saber que a responsabilidade vai ser minha se algo acontecer por não ser um carro oficial, então só uso em casos realmente necessários. Material, [...] material de expediente, a gente, é muito escasso, e também questão de computador, que a gente não tem um computador para trabalhar, então a gente acaba levando trabalho para casa e a falta de internet. (E7, 2018)

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



[...] nós não temos um telefone da própria instituição para manter um contato, você imagina, você está diariamente nessa relação com mais de 400 alunos e acontece de tudo com essas crianças e com esses adolescentes aqui na escola, não é, quem faz esse contato geralmente com as famílias, somos nós da equipe de especialistas, nós usamos os nossos telefones particulares. Nós não temos carro para a realização de visitas domiciliares, bom, eu praticamente não faço visitas aqui, muito raramente eu faço porque, por todas essas questões que eu já coloquei, com relação à comunidade, embora respeite muito a comunidade, acho a comunidade muito formada, constituída por classe trabalhadora, mas é uma comunidade que você não pode entrar em relação a alguns espaços, então não vou chegar com o meu carro particular, descer do meu carro: “vim visitar fulano...”, entende, sem conseguir fazer um agendamento, porque alguns dos telefones não funcionam, então não vou chegar na casa dele sem ligar para investigar, não é visita surpresa, não é visita de fiscalização, não é essa a proposta, então é muito difícil. Outras questões ligadas às condições de trabalho, se você for, por exemplo, agora, você não tem um banheiro com luz, a questão da manutenção do espaço físico da escola é sempre precário, que a Prefeitura não garante isso dentro de um ritmo, isso interfere. Na nossa sala está sem ventilador, então também é complicado para fazer um atendimento mais adequado, se fechar a porta, a gente “morre de calor”, se deixar aberta viola a perspectiva de fazer o atendimento sigiloso, entende, você fica naquele... sem falar de recursos, “né”, um computador só para a equipe toda, todo mundo usa, a gente não tem impressora, há ausência da questão dos recursos. (E9, 2018)

Como verificamos nas falas das entrevistas essa é a realidade de boa parte das escolas visitadas, principalmente em relação a contato telefônico, estrutura de salas de aulas, falta de espaços reservados para a escuta e atendimentos aos alunos, disponibilidade de merendas diversificadas, falta de capacitação adequada as especificidades de cada profissão, falta de carro para visitas domiciliares e de computadores e internet nos espaços de trabalho. Faz-se necessário considerar que a qualidade da educação não depende apenas da infraestrutura, mas é algo que conta bastante quando se entende que a educação é um direito.

Uma das dificuldades apresentadas para realizar o mapeamento das instituições foi a falta de contato telefônico, que impossibilitava a confirmação do endereço correto, sendo possível só nas instituições que possuíamos o contato com a(o) assistente social lotado. Outro elemento observado e apontado pelas(os)

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



profissionais diz respeito às escolas de tempo integral ou que possuem/possuíam o Programa Mais Educação, que consiste que os alunos no contra turno realizam atividades de reforço escolar ou de lazer e boa parte das escolas não possuem uma estrutura adequada para atender essa demanda.

A proposta da Escola Tempo Integral abarca os componentes do currículo básico e as oficinas curriculares, tais como: orientação para estudo e pesquisa, formas de comunicação, esporte e lazer, cultura e artes, educação ambiental e educação em direitos humanos, desenvolvidas através dos projetos e programas: Mais Educação com recursos federais; Ciranda Curricular e Tutoria, com recursos oriundos da Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura.

Ferreira (et al, 2018, p. 172) analisa que o Projeto Escola de Tempo Integral surge em um contexto de propagação da ampliação do tempo escolar que, por sua vez, “está imersa em um contexto de política de programas, que provém de um cenário mais amplo das reformas educacionais dos anos 1990 em toda a América Latina”.

Esse projeto possui visíveis influências do Programa Mais Educação, explicando que na prática a extensão da carga horária está atrelada à proteção social agregada a organização de avaliações padronizadas. As autoras analisam que esse processo de avaliação reforça conteúdos curriculares, visando elevar médias em disciplina como português e matemática.

Além disso, a secretaria possui um sistema próprio de avaliação que segue a mesma lógica, o chamado Programa Escola Nota 10, nesse projeto os sujeitos que cumprem funções docentes, em especial professores e tutores, são cobrados para que as crianças atinjam o desempenho necessário a fim de ganhar a premiação do Escola Nota 10, pautado na lógica da bonificação visa conferir o prêmio do 14º salário para os profissionais da educação de João Pessoa. Desse modo, o trabalho da instituição gira em torno das normas de tal Programa uma vez que envolve não só os

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

professores, mas também os demais funcionários que auxiliam no quadro pedagógico da escola.

De acordo com Ferreira (et al, 2018), ao tratar sobre o Programa Mais Educação, a concepção integral de educação que deveria ancorar era a disseminação de que ele fosse somado à proposta pedagógica da escola, com articulação entre os conteúdos escolares e as atividades das oficinas, visando uma educação integral. Contudo, as pesquisas das autoras mostram que essa articulação não acontecia na maioria das escolas o que ocorria era o fato de suas atividades serem desenvolvidas por meio de oficinas, realizadas no contra turno das “aulas regulares”. Realidade apresentada no município de João Pessoa/PB.

As autoras continuam analisando como a onda neoliberal desencadeada desde os anos 1990 repercute até os dias atuais com a criação de programas focalizados, como esses, que em detrimento do direito à educação aponta o discurso pautado na “necessidade’ de direcionar ações especiais para os mais ‘vulneráveis’, como se fosse o caminho para resolução de problemas mais amplos e sedimentados” (IBIDEM, p. 171) como, indica por outro lado a produção da “melhoria de resultados de aprendizagem’ que se tornou a panaceia para resolução de todas as dificuldades das escolas públicas”. (ib., p. 171)

Esses apontamentos levam a reflexão sobre como os aspectos dos discursos produzidos pelos organismos internacionais se englobam no âmbito educacional e os governantes os introduzem sem dar subsídios para que sejam realizados em sua integralidade. Afetam como exposto sobre a falta de estrutura e condições materiais para a continuidade dos projetos, seguindo o mote de que com a ampliação da jornada escolar e a produção de melhorias como o “resultados de aprendizagem” serão suficientes para a mudança da vida dos alunos e o ponto chave: que o aumento da qualidade do ensino mensurados a partir de índices, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Cassaus (2001) estabelece três objetivos que estrutura a “reforma” educacional e dá arcabouço para essa lógica: o primeiro foi de situar a educação e o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

conhecimento no centro da estratégia de desenvolvimento por sua contribuição tanto econômica quanto social a estratégia, para que isso acontecesse, foi direcionar mais recursos financeiros para o setor educacional via crédito internacional; o segundo, iniciar uma nova etapa de desenvolvimento educacional mediante a mudança de gestão, a partir do processo de descentralização e a ênfase na qualidade e na equidade; o terceiro foi melhorar os níveis de qualidade de “aprendizagem” por meio de ações nos âmbitos macro e micro, com a instalação de sistemas nacionais de avaliação e o desenvolvimento de programas compensatórios de discriminação positiva e proposição.

O que acontece na perspectiva da “reforma” é que a qualidade da educação pautasse na valorização de práticas de competição e empreendedorismo, fundamentadas no discurso liberal no qual os profissionais inseridos nos espaços escolares são guiados por essa lógica competitiva. (FERREIRA, et al, 2018)

O aspecto relevante indicado é como o Programa Escola Nota 10 se interliga nessa lógica, pois condiciona as atividades e ações da escola ao projeto que vem com o roteiro pronto da SEDEC, onde as escolas deverão realizar seu plano de atividades anuais com base na temática escolhida “de cima para baixo” *via* SEDEC para as escolas. Ressaltamos o Escola Nota 10, que de acordo com a análise realizada, mostra-se como o projeto que determina o ano letivo das escolas.

O Programa Escola Nota 10 foi instituído no município de João Pessoa, na gestão do ex-prefeito, hoje, ex-governador, Ricardo Coutinho, pela Lei nº 11.607, de 23 de dezembro de 2008.

São objetivos do Programa, segundo a referida lei, são: incentivar o desenvolvimento educacional e mobilizar as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, com a finalidade de melhorar a qualidade da educação no município de João Pessoa; reconhecer e premiar os trabalhadores e profissionais em educação de cada Escola Municipal de Ensino Fundamental que apresentar resultados globais de acordo com a média estabelecida, considerando as metas definidas e apresentar os

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

resultados alcançados pelas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e divulgá-los através de publicidade institucional.

Desse modo, o programa avalia as unidades de ensino em seis critérios: aprendizagem, plano de trabalho, formação continuada, Projeto Político Pedagógico (PPP), patrimônio escolar e gestão escolar. A nota é medida a partir de uma prova realizada com os estudantes da rede, que equivale a 50% do total alcançando no Índice de Excelência em Educação (IEE). Os profissionais recebem um valor proporcional ao IEE obtido pela escola na avaliação geral, que vai de 50% a 100%, e esse é formado a partir dos indicadores de avaliação da aprendizagem e da gestão escolar das escolas municipais.

Algumas implicações o programa estabelece nas escolas, apontados pelas entrevistas, ora no momento da entrevista gravada, ora quando finalizamos a gravação. Os critérios elencados acima causam cobranças entre os profissionais, acumulação de responsabilidade na construção do plano de atividade nas mãos das(os) especialistas, que deveria ser realizado por todos os profissionais, contudo em algumas escolas isso não acontece. Analisando relatos das entrevistadas, sobre a experiência dos desafios enfrentados na escola, colocam a cobrança a partir da participação nas capacitações por parte dos colegas e as condicionalidades que o programa vai apresentando para o contexto escolar.

[...] todos (sic) essas agências internacionais que trabalham só em cima de dados, aí vão em cima dos dados do IDEB, da Provinha, que eles chamam Provinha Ana, que é da alfabetização, a leitura, a interpretação, eles desconsideram totalmente as questões sociais, são só números. [...] teve uma avaliação interna da Secretaria que é o Escola Nota 10, além dessas avaliações internas que a gente passa, a própria Secretaria faz, em cima, enfim. Existem uns critérios de avaliação onde a escola é avaliada para ver se a gente merece ou não o 14º salário, aí dependendo da pontuação que a gente alcançar, a gente vai receber um percentual em base no salário, o salário base da gente. (E8, 2018)

[...] eles cobram isso da gente também. É um projeto interdisciplinar, que aí é todo mundo que participa do projeto, assim, participa entre aspas, eles participam e a gente que sai elaborando, eles exigem da gente. [...] Escola Nota Dez eles avaliam plano de ação, projeto interdisciplinar, a direção, o que é a direção eles olham questão de entrega de documentos, de atas, eles têm até quatro atas para serem

PROMOÇÃO



APOIO



entregues das problemáticas da escola são quatro atas, nas datas, tem que entregar as quatro atas. Ata do Conselho Escolar, também tem que entregar a ata dos quatro conselhos, por semestre que eles pedem, entendeu? Aí avaliação, disso eu acho que é 10%. Os alunos também são avaliados, faz prova com os alunos, eles vêm aqui e fazem uma prova, eu acho que a nota dos alunos vale 40%. Aí tem a questão da formação dos educadores, esse ano a formação da gente foi online, aí também é uma avaliação, tudo isso. Aí o da gente vale 20%, a dos especialistas. Ontem mesmo o diretor ficou sabendo que o nosso relatório foi nota dez, disse que teve gente que entregou duas, três folhas, a gente entregou um livro, porque a gente aqui faz, a gente não dorme não. Eu sei que no último dia que era para a gente entregar, ficamos até quatro da manhã, a gente fazendo esse relatório. [...] Envolve o salário. E principalmente para quem é prestador(a), é o salário do mês janeiro. (E12, 2018)

De modo geral, as entrevistas revelam que embora a Secretaria de Educação do município estimule a formação profissional, todos se sentem cobrados a fim de atender ao que é exigido para que o coletivo seja beneficiado, gerando a valorização de práticas competitivas e de fiscalização por parte da Secretaria. Conforme alguns relatos, as escolas recebem visitas avulsas da SEDEC, objetivando analisar os critérios para obtenção do IEE.

Consideramos relevante os elementos apresentados, pois caracterizam a dinâmica da realidade das escolas municipais de João Pessoa/PB como também a possibilidade de realizar a conexão entre o contexto local e o global, nesse caso um processo dialético, entre a realidade do município ao seguir a lógica determinada pelos organismos internacionais para o âmbito nacional. Tratando do trabalho do Serviço Social nas escolas foi verificado que no ano de 2008 o município de João Pessoa-PB decreta e sanciona a Lei nº 11.385, de 16 de janeiro de 2008 que institui e prevê o Serviço Social Escolar nas escolas públicas do município de João Pessoa/PB.

Oliveira (2013) relata que a Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa/PB reconhece que antes do primeiro concurso, que foi em 1991, já havia profissionais atuando no espaço escolar do município. As(os) assistentes sociais eram contratados conforme o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



afirmando que esses profissionais foram efetivados de acordo com a Constituição Federal de 1988.

No entanto, a Secretaria, não soube informar precisamente a data dessas primeiras contratações. A autora então apresenta a fala de entrevistadas que relatam a inserção no espaço escolar de assistentes sociais antes de 1988, antes mesmo do primeiro concurso público, através de uma portaria coletiva.

Desse modo, até o presente ano, o município realizou três concursos, datados de 1991, 2007 e 2013. Destacando que o primeiro concurso foi fruto de mobilização da categoria profissional para ocupar esse espaço, como também a convocação desses profissionais que caracteriza como de extrema relevância para legitimação do espaço da escola como campo de atuação profissional do Serviço Social. Fazendo que o âmbito das escolas municipais de João Pessoa/PB seja uma referência na inserção dos assistentes sociais.

Os trabalhos de Piana (2009) e Martins (2012) ao traçarem o perfil dos profissionais inseridos na educação escolar, assinalam que estes encontram-se lotados tanto nas secretarias estaduais de educação, para dar suporte aos projetos das prefeituras, como nos programas sociais das prefeituras ou diretamente distribuídos para as escolas públicas. Verificamos que a Lei 11.385/2008 não teve participação da categoria em sua formulação, muito menos uma discussão para sua elaboração, havendo algumas incongruências na letra da lei em comparação as legislações profissionais. Contudo deu a possibilidade inicial de trazer um arcabouço legal para o município.

Assim, As inconsistências encontradas na lei não impossibilitam que a atuação das(os) assistentes sociais nas escolas de João Pessoa/PB sejam realizadas em consonância com o que preconiza o Projeto Ético-Político hegemônico na profissão, principalmente, porque no Parágrafo Único, temos que as atribuições mencionadas na lei serão exercidas sem prejuízo do que versa as artigos 4º e 5º da Lei Federal nº 8662/93.

PROMOÇÃO



APOIO



3 CONCLUSÃO

Iamamoto (2015, p. 56) fomenta a discussão sobre a necessidade de “entender as situações particulares e fenômenos singulares com quais o Assistente Social se defronta no mercado de trabalho” e dessa forma que particularizam a sua existência. São questões diversas, intrínsecas a relação da compreensão da “questão social”³, que conjecturam pesquisas que apresentem a dinâmica dos processos sociais e que envolvam essas realidades. A autora assinala como a descentralização das políticas públicas, passou a exigir do profissional domínio das particularidades da “questão social” em nível regional e municipal.

Desse modo concluímos que a pesquisa sobre a realidade social é fundamental para compreender e reformular propostas de trabalhos, conforme a autora analisa. É com essas determinações, particularidades, especificidades e contradições que a escola se torna espaço de trabalho no município de João Pessoa/PB, como assinalado.

Compreendendo-os como espaço de política pública que deve ter ampla discussão, que tem uma função social e que sofre as determinações do contexto de desvalorização do capital. O contexto da educação básica padece com as implicações da reificação do capital e no contraponto as escolas que possuem profissionais que podem pontuar essa dicotomia, tem a possibilidade de “remar contra a maré” da mercadorização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

_____. Presidência da República. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).**

³ Objeto de trabalho dos(as) assistentes sociais, de acordo com as Diretrizes e Bases Curricular.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



CASASSUS, Juan. **A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização.** Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 7-28, nov. 2001.

FERREIRA, Ruttany de Souza Alves. RODRIGUES, Cibele Maria Lima. Gilvaneide Ferreira de. **Projeto Escola em Tempo Integral no município de João Pessoa-PB: contextos e prática.** Publicado em 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/5668/3613>>. Acesso em: 20 jun. 2023

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade. In: **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015. (pág. 17-75)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Lei municipal nº 11.385, de 16 de janeiro de 2008.** Cria o Serviço Social escolar nas escolas públicas do município de João Pessoa e adota outras providências.

_____. **Lei Orgânica do Município de João Pessoa/Pb.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-joao-pessoa-pb>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. **Lei n.º 8.996, de 27 de dezembro de 1999.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/1999/900/8996/lei-ordinaria-n-8996-1999-dispoe-sobre-a-criacao-do-sistema-municipal-de-ensino-de-joao-pessoa-e-determina-providencias>>. Acesso em: 25 jun. 2023

_____. **Secretaria de Educação e Cultura Municipal de João Pessoa/PB (SEDEC).** Disponível em: <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretaria/sedec/>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

OLIVEIRA, Jullymara Lais Rolim de. **Explorando outros cenários: O Serviço Social no espaço escolar.** 2013. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

PIANA, Maria Cristina **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PROMOÇÃO



APOIO

